



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Prefeita — Luiza Erundina de Sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE *Educação*
Secretário — Paulo Reglus Neves Freire



CONSTRUINDO A
EDUCAÇÃO
PÚBLICA POPULAR

DIRETRIZES E
PRIORIDADES PARA 1991

ANO 3



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Prefeita — Luiza Erundina de Sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Secretário — Paulo Reglus Neves Freire

Chefe de Gabinete
Mário Sérgio Cortella
Assessor Especial
Moacir Gadotti
Chefe de Assessoria Técnica e de Planejamento
Lisete Regina Gomes Arelaro
Chefe de Assessoria Jurídica
Eusélia Ferreira Araujo
Diretora do Núcleo de Planejamento Central
Vera Lúcia Vieira
Coordenador Geral da CONAE
Antonio Carlos Machado
Diretora da DOT
Ana Maria Saul

COORDENADORES DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

NAE 1 — Max Ordonez Fernandes de Souza
NAE 2 — Waldir Romero
NAE 3 — Helena Guiró Pacheco Pinto Coelho
NAE 4 — Olga Kalil Figueiredo
NAE 5 — Anna Maria Bozzo
NAE 6 — Maria Nilda de Almeida Teixeira Leite
NAE 7 — Antonio João Thozzi
NAE 8 — Ivone Camilo
NAE 9 — Marivaldo Costa Moreira
NAE 10 — Marcos Mendonça

PRODUÇÃO

Assessoria de Comunicação e Imprensa da SME
Coordenadora: Eunice C. Marangon
Redação final do documento: Equipe do Núcleo de Planejamento Central;
coordenação de Vera Lúcia Vieira e colaboração de Maria Celma Rocha
Ilustrações: Antenor Lago
Tiragem: 60.000 exemplares

São Paulo, fevereiro de 1991

CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO PÚBLICA POPULAR



DEDALUS - Acervo - FE

379.33(81.61) S239c Construindo a educação pública popular :



20500045521

ANO 3



SECRETARIA MUNICIPAL DE Educação DE SÃO PAULO

ORIGEM: David M. R. Luchini
DATA: 12/09/91

Aquisição	200000
Origem	
Cz\$	Proc.
Data	23/10/92
N.º de Chamada	Fol
371.01(81.61)	379.33(81.61)
379.5(81.61)	52392

• O plano da SME é definido coletivamente pelo Colegiado Intermediário Ampliado, que reúne representantes dos NAEs, da CONAE e Gabinete.

• Este documento resulta das informações sobre a atuação da SME como um todo obtidas através do sistema de acompanhamento e controle.

• Para 1992, pretende-se que este Plano conte com a participação dos Colegiados de Representantes de Conselhos de Escola.

Apresentação

O documento "Construindo a Educação Pública Popular Ano 3" dirigido a todas as escolas da rede municipal de ensino procura apresentar a síntese das metas e ações desencadeadas no último ano por esta Secretaria a partir dos princípios políticos e prioridades fixadas desde que assumimos o governo.

Ele é ao mesmo tempo um balanço do processo desencadeado, das ações desenvolvidas até este momento e um plano de continuidade para o próximo ano. Constitui-se numa síntese das discussões de avaliação que envolveram todos os órgãos desta Secretaria e dos princípios e metas que no nosso entender aprofundam o trabalho e contribuem para a superação das dificuldades que todos enfrentamos.

O seu objetivo é nortear a discussão e a elaboração do Plano Escolar que deverá ser produzido contando com a contribuição dos Conselhos de Escola — e dos planos de trabalho dos Núcleos de Ação Educativa e órgãos da Secretaria.

Esta forma de encaminhamento de nossa atividade decorre de uma compreensão que não entende o planejamento das ações como um procedimento técnico e burocrático que se auto-alimenta e se encerra em si mesmo.

Os princípios político-pedagógicos e as prioridades a partir deles definidas carecem de detalhamento e acompanhamento constante por parte dos órgãos e dos Colegiados das Secretarias bem como por parte da escola e dos Conselhos de Escola.

Acompanhamento que deve permitir a reflexão sobre os problemas, dificuldades e acertos, a elaboração a cada momento de propostas que modifiquem ou aprofundem os cursos das ações.

Sabemos que esse não é um processo fácil, ele exige um vigoroso esforço de reflexão, elaboração e ação sistêmicas desde a escola até os órgãos centrais.

A realidade está a exigir de todos nós soluções rápidas, objetivas e sabemos que os limites legais, orçamentários, políticos e burocráticos para implementar novas propostas não são transponíveis apenas por nossa vontade.

Eles são o resultado de uma história que tem raízes profundas em nossa sociedade e também de orientações políticas que desprezaram e desprezam o procedimento ético-democrático que vêm no poder público o espaço para o atendimento de interesses privados negando ou secundarizando o seu papel de garantidor dos direitos sociais básicos.

Mas é o conhecimento e a consciência da amplitude e da dimensão deste processo que nos anima e deve continuar a nos animando a construir e executar coletivamente o projeto político-pedagógico em curso, reconhecendo a cada passo nossas limitações e procurando responsável e coletivamente superá-las.

Este caminho percorrido e a percorrer é a prova de que nosso compromisso com a educação pública, popular e democrática implicaram rupturas com as velhas e novas formas de negar aos cidadãos seus direitos essenciais no campo social, formas essas que visam a lhes arrancar o direito à participação e à decisão em nome de uma democracia formal, que dispensa a participação e o acompanhamento das ações políticas.

Hoje nosso país é cenário de uma verdadeira campanha que difunde pelos mais variados meios das mais variadas formas o mito da competência e a excelência do setor privado em todos os campos, inclusive o educacional.

Esta defesa do privado que se autoproclama como prática modernizante, nada mais expressa que o ressurgimento, com nova forma, de orientações que ao longo de nossa história buscaram, pelas mais diferentes maneiras, apartar o povo de sua memória.

A história do poder e serviços públicos em nosso país têm secularmente como uma de suas marcas o apelo, a ingerência e a tutela dos interesses privados. Este processo gestou o perfil atual do Estado, dos serviços públicos e dos poderes constituídos que sem dúvida têm a marca do cartorialismo, clientelismo e ineficácia uma vez que foram tomadas não poucas vezes pelos interesses privados.

Acreditamos que a ruptura com estas práticas e orientações é necessária. Mas com uma orientação político-pedagógica que além de assegurar o direito social à educação busca garantir aos professores e professoras, alunos e alunas, pais e mães, funcionários e funcionárias o direito à participação nesse processo, que implica permanentemente ansiedade, preocupação, mas também muita alegria. Será a consolidação desta participação que imprimirá um novo caráter e qualidade aos espaços e poder públicos.

A reflexão e a elaboração coletivas constituem-se nas aquisições mais importantes para construção de uma educação pública, popular, democrática e de qualidade para que possamos desmistificar e decodificar as orientações políticas que, revolvendo antigas fórmulas, alijam das condições de cidadania milhares de cidadãos.

Paulo Freire

Paulo Freire
Secretário Municipal de Educação

ÍNDICE

Introdução	05
------------------	----

Diretrizes

a) Integração dos canais e fóruns de decisão	07
b) Consolidação dos trabalhos desenvolvidos pela SME	07
c) Expansão das frentes de atuação	07

Prioridades

1. Democratização da Gestão	09
2. Democratização do Acesso	11
3. Nova Qualidade de Ensino	16
4. Política de Educação de Jovens e Adultos	21
Condição de Operacionalização das Diretrizes e Prioridades da SME	
1. Democratização do Planejamento	22

ANEXO

Plano Global da SME/1991	
Parte I — Operacionalização das Prioridades	24
Parte II — Condições Operacionais para a Execução das Prioridades	31

Introdução

O presente documento é o registro da reflexão de todos os órgãos da Secretaria Municipal de Educação. Neste terceiro ano de Administração, comprometidos com a construção de uma Educação Popular, apresentamos um balanço do produto desta construção, que deverá servir de subsídio aos educadores da rede e que, certamente, a ela darão continuidade durante o planejamento das ações a serem desenvolvidas em 1991, em cada escola.

Sabemos que esta Educação Pública exige o resgate das experiências sócio-culturais de educadores e educandos no processo de construção e sistematização do conhecimento. Para o crescimento e autonomia intelectual de ambos é necessário reconstruir o saber, abrindo a escola para que a população possa dessa reconstrução participar, pois a atuação educacional é mais abrangente que o trabalho que se realiza em sala de aula.

Nossa proposta político-pedagógica iniciou-se com o movimento de reorientação curricular que, de nossa parte implica em contínuo trabalho de formação dos educadores da Rede de Ensino Municipal, que conta com assessoria interna (DOT e NAEs) e externa (Universidades), buscando, junto aos profissionais do ensino, desencadear a reflexão necessária sobre as práticas pedagógicas, apontando para uma nova possibilidade teórica que faça o exercício da ação-reflexão-ação.

Uma outra dimensão desta formação consiste em incentivar, acompanhar e assessorar as escolas que aderiram ao projeto da Interdisciplinaridade e outros que contribuíram com o esforço coletivo na construção de uma educação que incorpore as experiências vividas pela comunidade escolar.

Para isto, é preciso democratizar a gestão da escola, trazendo pais, alunos, professores e demais trabalhadores para participarem deste projeto, discutindo e decidindo sobre os caminhos a serem seguidos. Isto implica autonomia, ou seja, liberdade para que as escolas decidam em conjunto com as demais instâncias da Secretaria a viabilização e operacionalização de suas propostas.

Este trabalho, iniciado em 1989, resultou na apresentação de vários projetos deliberados pelos Conselhos de Escola em 1990, e que refletiram os limites dentro dos quais as escolas puderam trabalhar. Esperamos que, ao longo do tempo, tais projetos se ampliem com a reapropriação pelos educadores de seu papel de produtores de conhecimento e com o amadurecimento da participação de pais e alunos nos projetos das escolas.

Os Conselhos de Escola têm papel fundamental nes-

ta política educacional, constituindo-se em canal de participação popular articulado em todos os níveis de gestão da Secretaria. Sua função básica é a de possibilitar que os diferentes pontos de vista, expressos em cada segmento sejam trabalhados para a definição coletiva de qual escola queremos construir, delineando numa linguagem diferente, menos técnica e mais humana, os contornos da ação educativa que se fará realizar.

Criamos instâncias colegiadas do Gabinete até a escola para que as decisões tomadas sejam cada vez mais coletivas. Estamos rompendo com as barreiras dos procedimentos burocráticos; estamos procurando coletivamente recriar as formas de gestão burocrática e experimentamos já em 1990 avanços significativos. A constituição de um Colegiado de Representantes de Conselhos de Escola em cada região tornará esta participação nas decisões mais efetiva, articulando esses projetos e possibilitando a emergência do perfil da educação em cada região, caracterizando a identidade de cada NAE.

Ao mesmo tempo em que investimos na implementação dos Conselhos de Escola como unidades deliberativas e incentivamos a maior representatividade deles, trabalhamos em parceria com os movimentos populares na audaciosa luta contra o analfabetismo em São Paulo. O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolve uma ação que visa a ampliar o direito à educação através de uma proposta de construção coletiva do direito e acesso à educação fundamental e de conquista da cidadania.

Se a participação implica em decisão e não apenas em transferências de atribuições, é fundamental que tenhamos claros quais são os momentos de decisão que são mais significativos. Neste momento todas as unidades estarão preparando, planejando o trabalho a ser desenvolvido em 1991, esta é uma situação de decisão importante, em que a partir do exame e reflexão do trabalho realizado em 1990 se definirá como interferir na realidade, como recuperar aspectos que deixamos para trás em 1990. Para isto, é necessário a participação de todos aqueles que de uma forma ou de outra produziram os resultados no ano que passou e que neles poderão interferir durante o trabalho em 1991.

Esperamos que este documento sirva de instrumento para a tomada de decisões no âmbito de cada unidade escolar e que este momento possa contar com a necessária contribuição de pais, alunos, professores e demais profissionais da escola na elaboração do Plano de Trabalho para 1991.

Diretrizes

"Desejamos construir uma escola pública popular autônoma, criativa, competente, séria e alegre ao mesmo tempo, animada por um novo espírito."

A política educacional desta Administração está baseada em três princípios básicos: participação, descentralização e autonomia. Estes princípios explicitam-se nas experiências vividas desde 89 e no trabalho que temos desenvolvido no âmbito das nossas quatro grandes prioridades: **Democratização da Gestão, Democratização do Acesso, Nova Qualidade de Ensino, Política de Educação de Jovens e Adultos**. Dando continuidade a este trabalho indicamos as diretrizes para 1991:

a) Integração dos canais e fóruns de decisão

Nossa política de integração deve atuar em duas grandes frentes: uma voltada para a ação da SME junto à comunidade e ao governo, e outra voltada para a consolidação de nossos canais internos de decisão.

Em relação à primeira frente, nossa atuação deve visar a integração dos diferentes colegiados, deve ampliar os contatos, fazer fluir as informações e indicar canais para discussões coletivas.

A nossa segunda frente, fundamental para a integração das instâncias de decisão, consiste em ampliar a representatividade dos organismos de decisão que estamos implantando. A representatividade envolve não apenas indicar o porta-voz do grupo, mas principalmente consultar os pares e veicular informações sobre

as decisões tomadas. Envolve coordenar o encaminhamento das propostas de ação e identificar as condições de operação destas propostas, assim como delegar responsabilidades.

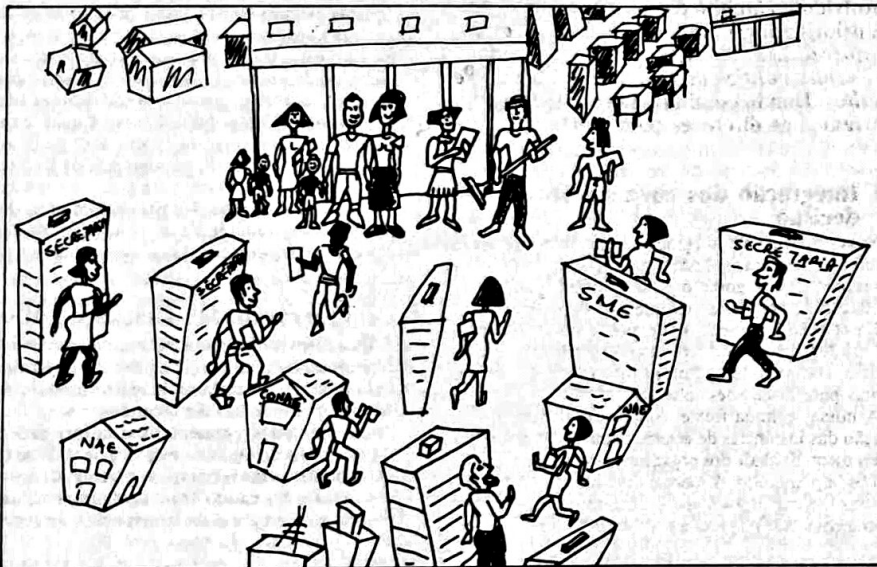
b) Consolidação dos trabalhos desenvolvidos pela SME

Nossas frentes de atuação precisam ser implementadas e se transformarem elas mesmas em novos polos geradores de difusão de nossa política.

Estas estarão consolidadas quando as características que hoje encontramos, como a omissão, o autoritarismo e a resistência às mudanças tiverem sido alteradas. A identidade de cada escola se construirá quando seus respectivos projetos traduzirem as necessidades e vontades da população com a qual se relaciona e sua voz se fizer ouvir nos Conselhos de Escola (CE) e nos Colegiados de Representantes de Escola (CRE-CEs). Ainda contribuirá para esta consolidação e socialização de informações para subsidiar as diferentes instâncias na tomada de decisões além do registro e da difusão das experiências aí concebidas e realizadas.

c) Expansão das frentes de atuação

Esta diretriz refere-se à expansão das frentes de atuação, ampliando ao conjunto da rede de ensino os trabalhos da interdisciplinaridade e formação permanente; incorporando as lideranças dos movimentos populares e entidades representativas da sociedade civil nas decisões educacionais ao nível regional, local e central; integrando outras secretarias às frentes de atuação que gestamos e buscando formas alternativas de atendimento à demanda e de intervenções na rede física.



As prioridades elencadas pela SME para 1991 são as mesmas que temos investido nestes dois últimos anos. Assim a SME — todos os seus órgãos, setores e colegiados — deverá enfatizar uma atuação que contemple:

1. Democratização da gestão

A gestão dos diferentes setores da administração tem se voltado para a consolidação de instâncias de decisão locais e regionais, criando Conselhos e instituindo fóruns que expressem as diferentes tendências da sociedade civil. Cada um desses setores da administração tem claro os alcances e limites desta atuação.

Em 1989 era possível se constatar a falta de integração entre as diferentes instâncias de poder na SME. Esta falta de integração poderia ser traduzida pela não consolidação dos Colegiados e pela necessidade da implantação da reforma administrativa.

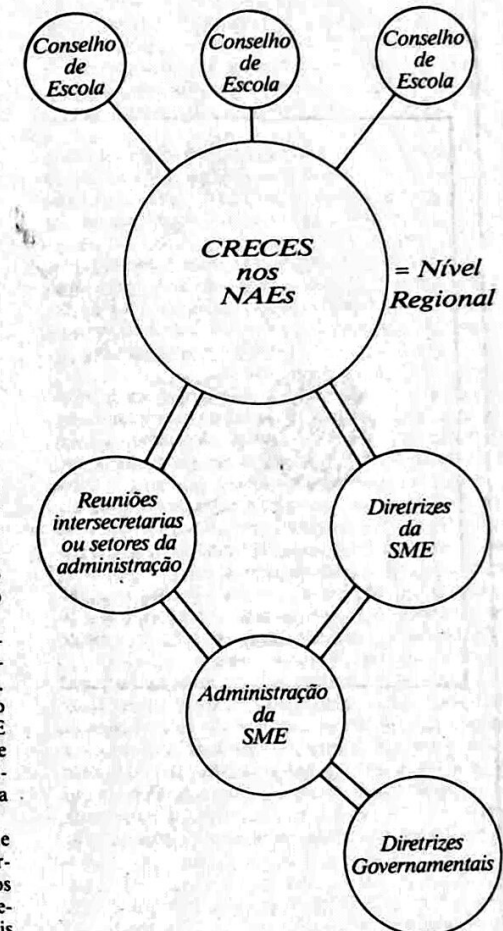
A conquista desta integração em 1990 solicitava algumas ações conjugadas de naturezas diversas. Desde a mudança na legislação que garantisse às escolas maior autonomia nas decisões, até um exercício de democracia capaz de reelaborar as relações da escola para com ela mesma e para com a população em cujo espaço ela está inserida e trabalha.

Democratizar a gestão na escola pública significa compartilhar as decisões com a comunidade escolar, abrir espaço para a livre organização dos estudantes e fornecer recursos financeiros e materiais às escolas para que possam melhor exercer sua autonomia. Significa também implementar a reforma administrativa, contemplando a necessária descentralização e difundir ao público interno e externo informações que permitam o acompanhamento e fiscalização das ações da SME.

A autonomia da escola como base para a democratização da gestão a partir de 1989 significou um investimento no funcionamento dos Conselhos de Escola. A experiência vivida em 1990 pelas escolas e a relação estabelecida entre os Conselhos e os NAEs, CONAE e Gabinete da SME apontam para a necessidade de consolidarmos a sua autonomia em bases mais sólidas, ampliando o entendimento sobre a natureza da escola pública, popular e gratuita.

A gestão democrática pela via da organização de Colegiados de decisão se consolidará, quando tivermos organizados e implantados em todos os Núcleos de Ação Educativa (NAEs), os Colegiados de Representantes de Conselho de Escola. A conquista de mais este canal de participação fará com que a base — os Conselhos de Escola — venham a desenvolver uma ação mais eficaz com o Colegiado Intermediário e Colegiado Central.

Nível Local



Um outro canal de participação e de decisão que a população poderá atuar sobre as políticas públicas na área da educação trata-se do Conselho Municipal de Educação (CME) que, previsto no artigo 200 da Lei Orgânica, deverá ter um caráter deliberativo e normativo, sua estrutura deverá ser organizada por colegiados, que deverão conter representantes do poder público, trabalhadores da educação e da comunidade. Fazer nascer este "NOVO" Conselho é tarefa de todos nós, com especial participação dos Conselhos de Escola.

A materialização de nossa política, expressa nos princípios básicos da participação, descentralização e autonomia, vem exigindo mudanças mais profundas da própria organização da Prefeitura. Uma nova organização para a gestão da cidade está em processo e a SME participa desta elaboração criando, já em 1991, em cada NAE, uma Unidade Orçamentária, levando para mais próximo das escolas parte da autonomia financeira. Com essa medida de descentralização, os NAEs irão receber verbas próprias, adquirindo mais recursos para implantar e desenvolver os projetos das escolas.

Quanto à gerência de recursos materiais e financeiros, houve considerável avanço. Mudou-se a legislação que elevou os limites de gastos da verba de adiantamento direto ("primeiro escalão") significando um grande avanço.

A autonomia financeira das escolas aumentou, graças ao Decreto 28981/90 e hoje cada uma recebe mensalmente uma média de 50 MVRs (Maior Valor de Referência), que, em valores de janeiro de 1991, importava a quantia de Cr\$ 72.000,00 para utilizar em pequenos reparos no prédio escolar.

Temos a destacar neste ponto que, embora os resultados sejam positivos, pela agilidade na solução de pequenos problemas de manutenção do prédio, esta verba vem sendo, em geral, gerida apenas por uma parcela de funcionários da escola. As deliberações sobre a utilização ou não da verba e a sua destinação poucas vezes são obtidas através de uma exposição de necessidades ao Conselho de Escola para que este determine quais são as prioridades de uso.

Em 1990, a SME como um todo buscou desenvolver uma política de comunicação que favorecesse a divulgação das informações e discutisse o funcionamento dos colegiados em todos os níveis.

A socialização de informações, meta fundamental para possibilitar a participação de todos na gestão da escola, continua a ser implementada. Nas reuniões de Planejamento realizadas no início do ano letivo de 1990, todos os trabalhadores em Educação receberam o documento "Construindo a Educação Pública Popular, Ano 2", contendo as prioridades e metas da SME. Um boletim mensal com as principais notícias

da SME foi enviado periodicamente às escolas, bem como outros materiais divulgando iniciativas da Administração. Um exemplo disso foi a distribuição de duas cartilhas sobre Orçamento, elaboradas pela Secretaria Municipal de Planejamento — SEMPLA. O *Jornal do Ônibus* foi um outro instrumento utilizado para divulgar as realizações da SME junto ao público em geral. Abriu-se também espaço para que a comunidade escolar debatesse o Projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Orgânica Municipal (num trabalho conjunto com a Câmara Municipal), e discutisse o Orçamento 91 nas plenárias realizadas com esse fim.

Democratizar a gestão, como podemos perceber, envolve níveis diversos de intervenção. A democracia que queremos não depende apenas dos rearranjos que podemos fazer intra-muros da escola. A implantação da nossa política exige que em 1991 centremos nossos esforços na consolidação dos Conselhos de Escola e na implantação dos CRECES, como unidades deliberativas e co-responsáveis pela definição da política educacional no município.

Exige ainda que superemos uma visão e uma prática fragmentadas na busca da gestão democrática. Este compromisso depende de um esforço de cooperação entre as diversas instâncias, na produção de ações organicamente articuladas, numa construção solidária e coletiva.

É preciso que haja uma real interação e integração entre gestão democrática e política pedagógica. As mudanças em curso, desencadeadas pelo movimento de reorientação curricular e o processo de formação permanente, têm de ser objeto de reflexão por parte da comunidade escolar, que deverá incorporar a reflexão feita por pais, alunos e funcionários, seja em relação ao processo pedagógico seja na socialização das experiências destas comunidades.

As formas de intervenção possíveis, capazes de dar uma identidade a cada escola, ao conjunto de escolas de uma região da cidade, estão de início limitadas pela natureza pública de nossa escola. É preciso garantir os direitos fundamentais do cidadão, é preciso que a escola se descubra como garantidora deste exercício, expresso em suas instâncias de decisão democráticas. A participação da população neste exercício certamente levará a comunidade a sentir a escola como sua; os problemas hoje sentidos como, por exemplo, a depredação contra o equipamento escolar e seus materiais e a violência, o desrespeito ao aluno, aos pais, ao público de forma geral poderão ser minimizados. Devem ser dadas à população as condições de interferir nas decisões e propor formas de atendimento às suas necessidades. "Há que se cuidar do Broto pra que a vida nos dê flor e fruto" (Milton Nascimento, citado na capa do Estatuto da Criança e do Adolescente, publicação do Secretariado da Pastoral do Menor).

"Queremos construir escolas para onde as crianças e os jovens, os professores, todos, gostem de ir e sintam que são suas. Não as abandonem e delas não se deixem expulsar" (Paulo Freire, Aos que fazem a educação conosco em São Paulo, fev., 1989).

O processo de discussão a respeito desta prioridade e o cenário exposto indicam no plano da SME para 1991:

a) *Quanto às instâncias de decisão*: dar continuidade à integração dos diferentes colegiados; manter fluxo permanente de informações entre o Colegiado Central, CONAE, NAEs, escolas, população; dar assessoria aos Conselhos de Escola para que qualifiquem cada vez mais sua atuação na direção da construção de uma escola democrática; realizar campanhas para a ampliação da participação nos Conselhos de Escola, Grêmios e outras instâncias de decisão;

b) *Quanto à implantação dos Colegiados de Representantes de Conselhos de Escola - CRECES*: dar continuidade ao trabalho junto aos CE na definição do papel e função dos CRECES e normatizar a sua implantação;

c) *Quanto ao Gabinete de SME*: aprimorar o planejamento tornando-o vivo, dinâmico, com a colaboração de documentos sínteses que expressem a totalidade das ações; promover avaliação periódica da SME assegurando o acompanhamento permanente das prioridades por todos os colegiados; acompanhar e participar de todos os fóruns colegiados de decisão; integrar as frentes de trabalho propostas pelo Gabinete, CONAE, NAEs, escolas e outras Secretarias submetendo-as à avaliação dos colegiados no que diz respeito às condições necessárias para sua efetivação e incorporação ao planejamento das diversas instâncias, incluindo as escolas; documentar, divulgar e analisar periodicamente as experiências desenvolvidas pela rede escolar;

d) *Quanto à relação da SME com a Prefeitura de maneira geral e com o poder Legislativo*: implantar um novo Conselho Municipal de Educação, através de processo democrático, com a participação dos Colegiados de Gestão de Base (Conselhos de Escola e Colegiado de Representantes de Conselhos de Escola); garantir a articulação entre a Câmara Municipal e as diferentes instâncias da SME; garantir a participação dos diferentes colegiados na discussão da Reforma Administrativa bem como a divulgação das informações; manter ativa articulada ao trabalho das demais secretarias; divulgar a política educacional envolvendo os NAEs em discussões com lideranças regionais e sindicais; encaminhar à rede de ensino para discussão o Regimento Comum e o Estatuto do Magistério.

2. Democratização do acesso

Uma das condições básicas para que a democratização do acesso à educação fundamental se realize é a existência de prédios escolares em condições adequadas de funcionamento.

O compromisso da SME com a recuperação dos prédios já existentes em 1989 significou um investimento de cerca de 66 milhões de BTNs em 89/90 com a manutenção, reforma e construção. Encontramos 60% dos nossos equipamentos em situação lastimável e condições de funcionamento inadequadas ao trabalho pedagógico; neste item destacam-se os equipamentos destinados à Educação Infantil; duas salas de aula e seis

classes por turno, prédios antigos que não oferecem espaços sequer para acolher as crianças em casos de intempéries.

Nestes dois anos de governo já foram entregues à população 13 EMEIs e 16 EMPGs, num total de 29 construções. Note-se que 19 dessas unidades haviam sido inauguradas pelo Prefeito anterior, sem estarem concluídas e pagas. Além disso, há 5 construções em andamento, 15 em licitação e algumas sendo orçadas.

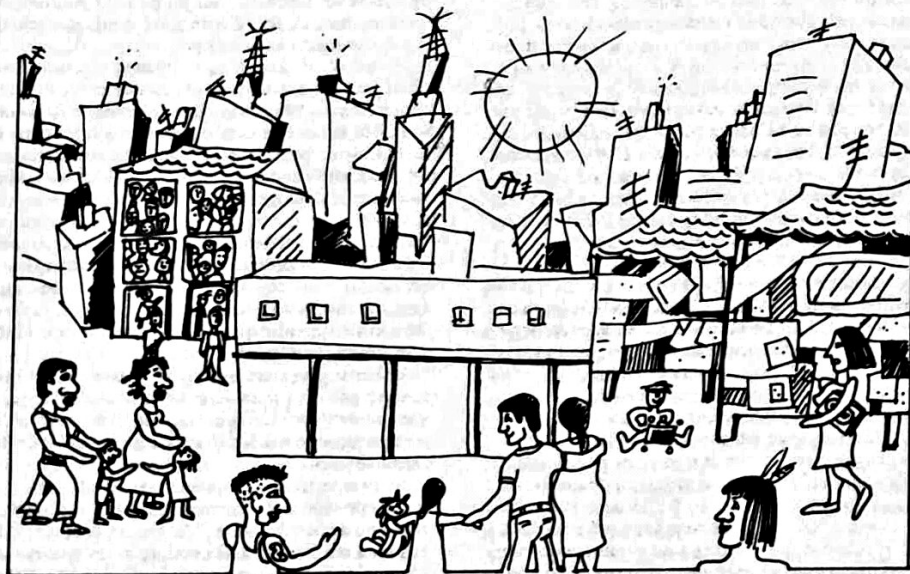
As reformas entre 89/90 foram em número de 86 (55 de 1º grau e 31 de Educação Infantil), outras 70 estão em processo de execução com término previsto para o 1º semestre de 1991 e mais 7 estão em orçamento. Este tipo de intervenção nos prédios passou a ser mais completo para que durem mais tempo e sua execução vem sendo acompanhada e fiscalizada pela comunidade escolar, através de seus representantes no Conselho de Escola.

No início da gestão petista, a Secretaria Municipal da Educação encontrava-se com seus equipamentos totalmente carentes de manutenção. Era praticamente impossível desenvolver outros projetos num clima em que a cobrança por condições mínimas dos prédios era o ponto central das discussões.

Em fins de 1989 e após grandes esforços, conseguimos delinear um projeto de manutenção dos equipamentos e os resultados são visíveis. As escolas da rede, em certa medida, foram recuperadas, embora as instalações físicas de outros órgãos careçam de reformas ou reconstrução. A competência demonstrada nos trouxe um alto grau de credibilidade e hoje, apesar de ainda existirem problemas, as escolas sabem que há esquemas de atendimento em ação. O projeto de manutenção incluía a utilização de serviços contratados por ATA de Registro de Preços, verba de 1º escalão — cujos limites conseguimos elevar em fevereiro de 1990; o atendimento de pequenos reparos pelas Administrações Regionais; a aquisição de materiais, e, ao longo de 1990 assumimos os serviços da Oficina (antiga EDIF 42), que hoje vem sendo gerida pela CONAE e em fase de aperfeiçoamento de pessoal, transporte e material para que possa em 91 servir adequadamente às escolas da rede.

Já em 1990 a oficina recuperou, prioritariamente, a mobília de sala de aula, que somada à política de compras reduziu consideravelmente os problemas encontrados em 1989 com o déficit de carteiras e cadeiras.

Responsável pelo maior número de prédios municipais, a SME, numa iniciativa pioneira, assumiu com a seriedade devida as questões de infra-estrutura dos prédios, entendendo que a realização do projeto de uma escola pública popular e democrática precisa garantir aos educadores e à população melhores condições de trabalho e atendimento. Não nos seria possível em dois anos resolver todos os problemas, porém, parte considerável deles tem encaminhamentos de solução concretos. Estamos nos qualificando cada vez mais para gerenciar as questões de infra-estrutura da rede, desde a manutenção até as construções. Sentimos a necessidade nesta tarefa de execução do plano de construções, reformas e ampliações, de contar com outras Secretarias e empresas municipais, como é o caso da EMURB (Empresa Municipal de Urbanismo) com



o projeto de fábrica de escolas da COHAB (Companhia de Habitação) na construção de escolas em conjuntos habitacionais, e Secretaria de Habitação (HABI) no trabalho com os mutirões, onde a população organizada tem o valor da construção financiado pelo poder público, com a mão-de-obra dos mutirantes assessorados pelos técnicos de HABI, agilizando e aumentando, assim, a capacidade de execução das obras da SME.

Os principais beneficiados com este processo de recuperação e ampliação da rede física são os 683.022 alunos das nossas 665 escolas. Note-se que em 1989 o número de escolas era de 703; a diferença percebida diz respeito ao funcionamento de duas escolas num só prédio, sendo que no início desta gestão esta situação fraudulenta foi eliminada. Em 1989, o crescimento das matrículas, em relação ao ano anterior, foi da ordem de 6,4%, e, em 1990, 5%, taxas superiores às da administração passada, quando, em 1987, chegou a acontecer uma diminuição de 1,5% nas matrículas.

Uma questão fundamental é a do orçamento da cidade que desde 1989 conta com a participação da população no levantamento das necessidades e prioridades. Em 1990 as plenárias ocorridas na cidade para a definição do Orçamento Programa-91 levantaram as demandas por serviços de toda ordem. Este orçamento foi apresentado à Câmara Municipal e alterado, reduzindo os recursos municipais para 1991 em relação ao solicitado. Para a SME esta redução significará a não execução de parte considerável das necessidades da cidade, principalmente no que tange às novas construções. Temos consciência e clareza que democratizar o acesso depende do compromisso coletivo em participar da elaboração, aprovação e fiscalização da execução orçamentária. Não basta que a SME traduza em prioridades de investimento as necessidades da população, é preciso a participação de todos, em todos os momentos da definição do gasto público.

Democratizar as oportunidades de acesso à escola pública é uma prioridade que além dos limites já explicitados deve levar em conta no trato à demanda o caos urbano e social que obriga grande contingente da população anualmente a migrarem de outros municípios ou Estados para São Paulo ou ainda dentro da própria cidade, adensando a população favelada e encorticiada nas áreas centrais ou caminhando rumo à periferia devido ao crescente processo de empobrecimento, criando demandas imensas por escola em curto espaço de tempo. É necessário o esforço de todos para conjugar ações que venham garantir à população o acesso à escola pública e ao mesmo tempo condições de atendimento mínimas que colaborem com a melhoria da qualidade de ensino.

Em 1989, iniciou-se o diálogo com a Secretaria de Estado da Educação para o atendimento à demanda de 1ª série do 1º grau e em 1990 o trabalho dos GLDs (Grupos Locais de Diretores) e os setores de Planejamento dos NAEs e DEs ficaram responsáveis pelas peculiaridades de atendimento em cada região da cidade, a partir de diretrizes conjuntas SME/SEE. Presumimos que este diálogo é importante para a utilização mais racional dos recursos que dispomos hoje,

nas duas redes, e em 1991 pretendemos que o diálogo amadureça entre as escolas oficiais de uma mesma região.

A ampliação do atendimento à demanda pelo 1º grau, regular e supletivo realiza-se de forma substantiva com a abertura de novas vagas, o que depende de novas construções e ampliações e ou a utilização de espaços possíveis em prédios municipais ou da comunidade.

Desde 1990, os cursos de suplência I estão sendo encaminhados para a EMEI quando a EMPG não pode mais acolhê-los. Este encaminhamento tem levado à necessidade de discutirmos junto com os funcionários destas EMEIs as questões referentes ao uso do espaço (que é público) e à sua forma de utilização. Existem muitos preconceitos quanto à utilização de prédios destinados a um trabalho com crianças servirem para se trabalhar com jovens e adultos. Encaramos o debate como positivo, talvez o entendimento de que "a escola não é nossa casa" contribua para uma visão mais consciente de nossa função pública. O adulto quer "uma escola", ele tem direito a ela, ainda que seja no prédio destinado às crianças.

Os espaços da comunidade, quando utilizados para classes de SI, e a ligação destas classes às EMPGs têm feito crescer os educadores das entidades e da escola. Nos casos em que os cursos passaram a fazer parte da EMPG, alguns conflitos surgiram. Entre o máximo controle da EMPG enquanto prática cotidiana e a liberdade de quase autogestão das classes em entidades, presumimos haver muito a aprender dos dois lados.

O mesmo crescimento tem sido percebido com respeito aos educadores de classes de EMEIs e classes comunitárias. Começa a ganhar visibilidade um ponto de vista novo, o do educador que trabalha fora do espaço institucional e que traz para dentro dele muitas questões antes não consideradas.

A abertura de classes comunitárias se coloca como solução paliativa para acomodação da demanda, assim como os convênios, até que possamos suprir com as construções novas o déficit de equipamentos de Educação Infantil.

Na perspectiva da ampliação do atendimento à demanda por educação fundamental, utilizando-se do expediente de convênios, a SME deverá conjugar esforços para em 1991 incluir nesta ação convênios com a Comunidade Indígena Guarani, na região de Parelheiros (NAE-6), a fim de que a alfabetização bilíngüe para crianças e adultos possa ser desenvolvida, respeitando os valores e a cultura daquela comunidade.

Uma outra meta da SME, dentro desta prioridade diz respeito à ampliação de atendimento aos portadores de necessidades especiais, matriculando em nossas escolas alunos que portam deficiências físicas, visuais e mentais leves e moderadas, além de ampliar o atendimento de deficientes auditivos. Precisamos criar condições de orientação e acompanhamento do trabalho que já vem sendo realizado e intensificar ações intersecretariais.

Reafirmamos aqui a necessidade de garantia que o espaço público da escola não seja "privatizado" por um grupo de funcionários que, por razões até históri-

Quadro das Intervenções das Manutenções Realizadas na Rede Pública Municipal de Ensino em 1990

NAEs	Manutenção							
	Atas de RP ELÉTRICA		Atas de RP COBERTURA		Atas de RP HIDRÁULICA		Atas de RP ALVENARIA	
	EMPG	EMEI	EMPG	EMEI	EMPG	EMEI	EMPG	EMEI
01	03	03	10	04	—	—	—	—
02	01	01	10	06	—	—	—	—
03	04	02	07	07	—	—	—	—
04	08	03	17	08	—	01	—	—
05	12	06	08	08	—	—	—	01
06	08	09	10	09	—	—	—	—
07	05	03	15	08	—	—	—	01
08	03	04	11	06	—	—	01	—
09	14	09	21	34	—	—	—	—
10	07	07	14	14	—	—	—	—
Total de Intervenções	65	47	123	104	—	01	01	02

Fonte: SME/CONAE-Oficina, dezembro de 1990.

Quadro das Reformas e Construções Realizadas na Secretaria Municipal de Educação em 1990

NAEs	Reformas					Construções				Total de Intervenções
	Executadas			Em execução		Executadas		Em execução		
	EMEDA	EMPG	EMEI	EMPG	EMEI	EMPG	EMEI	EMPG	EMEI	
01	01	01	01	03	03	01	02	—	01	13
02	01	04	04	04	04	—	03	—	—	20
03	—	05	02	03	04	—	—	—	01	15
04	01	04	04	04	05	01	—	—	01	20
05	—	—	06	04	02	—	01	—	05	18
06	01	01	—	03	03	04	04	—	03	19
07	—	01	01	04	02	—	—	—	01	09
08	—	01	—	04	03	—	—	—	03	11
09	—	01	02	04	02	04	01	02	01	17
10	—	08	—	04	03	01	—	—	01	17
Total de Intervenções	04	26	20	37	31	11	11	02	17	159

Fonte: SME/ATP-ASED, janeiro de 1991

cas, acreditam serem mais relevantes as suas opiniões sobre o que seja a "melhor escola". A escola só se justifica pela sua capacidade de atender a uma necessidade pública, hoje garantida constitucionalmente a toda a população e que esperamos seja projetada, utilizada e controlada por ela.

O processo de discussão a respeito desta prioridade e o cenário exposto indicam o plano a SME para 1991:

a) Quanto às construções de prédios novos:

Ampliar a capacidade de execução das obras, acompanhando junto à EDIF o processo de licitação e a transferência de recursos orçamentários: estendendo a outras secretarias e empresas municipais a possibilidade de participação na execução das obras; dando início a novas formas de gerência das obras através de iniciativas tipo mutirão inauguradas pela Secretaria de Habitação; utilizando os recursos da EMURB para a fabricação de escolas; dar condições à população que participe e acompanhe o processo de construções, reformas e ampliações;

b) Quanto às reformas e ampliações:

Manter no Gabinete da Secretaria a gerência das reformas promovendo as adequações necessárias à execução orçamentária e física dos meios definidos no plano global; ampliar o quadro de engenheiros e tecnólogos da CONAE para que a gerência das reformas seja feita de forma conjunta à da manutenção das escolas e por este órgão gerenciadas a partir das condições de infra-estrutura satisfetias; descentralizar para os NAEs a responsabilidade das informações processuais sobre a posição de execução das obras, garantindo no quadro de pessoal funcionário qualificado para o desempenho da função; adaptar-se os espaços físicos das EMEIs para que possam responder às necessidades das práticas pedagógicas em andamento;

c) Quanto à manutenção:

Dar continuidade ao atendimento já existente, ampliando a responsabilidade da manutenção às Sub-Prefeituras à medida que forem implementadas: orientar o uso da verba de adiantamento direto na recuperação dos prédios, em pequenos reparos; adequar as condições de atendimento da Oficina às necessidades da rede;

d) Quanto ao atendimento à demanda:

Dar continuidade ao trabalho conjunto com a SEE, estendendo o nível de preocupações e compromissos às demais séries e graus de ensino ao longo do ano e não apenas por ocasião da demanda, aprofundando os estudos sobre o atendimento na cidade; dar continuidade aos convênios de classes comunitárias e educação de adultos; ampliar o atendimento mediante construções e ampliações; ampliar o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais conforme o plano de atendimento integrado, elaborado pela equipe intersecretarial; dar condições para que o povo indígena Guarani desenvolva seu projeto educacional e ampliar este projeto para os demais povos indígenas da região da cidade de São Paulo.

3. Nova qualidade de ensino

Em 1989, nossa atuação junto às escolas era caracterizada como atendimento emergencial e colocávamos a necessidade de viabilizar o assessoramento às escolas e a participação de especialistas no encaminhamento da política pedagógica. Com as metas ainda difusas, apontávamos para a necessidade de uma melhor definição de nossa política educacional, que possibilitasse o acompanhamento do plano escolar. Solicitávamos maior discussão sobre a formação permanente que ainda não representava um trabalho profundo, consistente e contínuo. A política relativa ao curso noturno também se colocava como indefinida.

Reconhecemos hoje que a escola ainda é um universo fechado e que o espaço da educação popular voltado para a formação crítica ainda não está consolidado. A participação nos Conselhos de Escola é incipiente, embora mudanças significativas tenham sido obtidas após as suas eleições, no início do ano de 1990.

A experiência vivida em 90 revela as dificuldades e avanços da proposta que devem servir para embasar o passo a ser dado na direção da escola que sonhamos. Os dados de que dispomos revelam: um processo crescente de resgate da realidade do aluno na formulação das programações, maior integração entre as disciplinas, a busca de um trabalho coletivo e uma maior aproximação aluno-professor através da dialogicidade.

A autonomia da escola é respeitada, rejeitando-se a política dos "pacotes pedagógicos". A Rede Municipal de Ensino foi incentivada a produzir e gerir projetos pedagógicos, apresentando no ano de 1990 a seguinte situação:

- 100 escolas optaram pelo projeto da Interdisciplinaridade via tema gerador;

- 67% das EMPGs e 21% das EMEIs estão desenvolvendo projetos próprios que vão desde recuperação paralela, reforço e acompanhamento de alunos, passando por projetos de formação permanente de educadores, chegando até a propostas arrojadas e inovadoras que envolvem a participação de um coletivo mais amplo que aponte para a construção da escola pública popular, crítica, criativa e transformadora.

Enfatizamos a necessidade de reconstruir em conjunto as propostas pedagógicas das escolas apoiando e estimulando a sua autonomia; na perspectiva do trabalho interdisciplinar.

A Formação Permanente, fundamental para concretização dos projetos, vem se dando através das estratégias:

- *Grupos de Formação*: este grupos reúnem professores e especialistas por área de atuação e visam a desvelar a teoria que embasa cada prática pedagógica, buscando revê-la à luz de outras proposições.

- *Outras modalidades de formação*: cursos, encontros, palestras, debates, seminários, oficinas.

Além disso a SME tem facultado aos educadores municipais a possibilidade de participação em encontros, congressos e seminários externos, com temáticas que dizem respeito às áreas específicas do conhecimento, que foram desenvolvidas por organismos tais como:



USP, PUC-SP, UNICAMP, Associação dos Geógrafos Brasileiros e Secretaria Municipal de Esportes.

Para construção de um ensino qualitativamente melhor, a SME vem investindo ainda na implantação do Projeto Gênese de Informática Educacional, criando um laboratório central com 15 microcomputadores e instalação de micros em 6 escolas da rede. Esta meta tem como objetivos: a formação de profissionais do ensino na área da informática educacional, o desenvolvimento de pesquisas na área da educação, a produção de programas educativos informatizados e, por último, a disseminação de conhecimentos sobre a informática educacional a toda rede de ensino da Prefeitura. Para tanto, a SME organizou um grupo de formação com 30 professores da rede, vem investindo na composição de uma equipe técnico-pedagógica para gestar esta atividade e, ainda, vem formando os professores das escolas que estão vinculadas a este Projeto.

A valorização dos trabalhadores em educação, indispensável à construção de uma nova proposta pedagógica, foi assegurada por medidas como:

- Concurso público de provas e títulos, com participação de 28.607 inscritos e admissão de Professores de 1º Grau e Professores de Educação Infantil.

- Pagamento no padrão do mês aos professores comissionados.

- Ingresso de Vigias e Serventes por concurso de provas e títulos, regularizando-se a vida funcional desses servidores admitidos. Temos, ainda, problemas com falta de pessoal em algumas escolas e dependemos para a sua solução da criação de novos cargos pela Câmara Municipal.

- Política de recomposição de perdas salariais:

Embora o reajuste de referência inicial do Magistério tenha ficado em 65,15% do Piso salarial do DIEESE, o salário inicial do professor, por 20 horas semanais de jornada, aumentou de 1,95 salários mínimos em dezembro/88 para 4,95 salários mínimos ou 5,44, incluídas as horas atividades. Tentou-se atingir o Piso do DIEESE, em agosto/90 o índice de reajuste foi de 18,02% acima do índice do DIEESE, de 13,63%.

Acreditamos que muito tem contribuído para a conquista de uma nova qualidade do trabalho educativo que estamos perseguindo a aquisição de 312.000 volumes de livros que foram distribuídos às salas de leitura nestes dois anos, representando três vezes mais que o total de livros adquiridos durante os três anos da gestão anterior.

Houve de nossa parte um grande investimento em materiais necessários ao bom desenvolvimento da ação pedagógica. Com mais de 1 bilhão de cruzeiros investidos nesta área, superou-se, em dois anos, em número de itens adquiridos e quantidade em cada item, a soma do material adquirido nas duas administrações anteriores. Dentre os materiais distribuídos, destacamos 700 gravadores para sala de aula, 350 projetores de slides, 640 bandinhas rítmicas para EMEIs, 225.480 cadernos para alunos carentes de 1ª à 4ª série, 217.620 cadernos para alunos de 5ª à 8ª série, 41.000 compassos etc. Destacamos o fato de em 1990 muitas escolas não terem distribuído devidamente o material destinado aos alunos, talvez por temerem o não recebimento

sistemático do material. Porém, afirmamos que esta é uma das nossas prioridades e que o material está sendo sistematicamente distribuído.

As dificuldades que encontramos ainda são muitas e vão desde questões de falta de infra-estrutura (material, transporte, pessoal de apoio), e chegam àquelas que constituem nosso grande desafio: nos integrarmos de tal forma que possamos caminhar no sentido de construir com e na escola uma gestão que seja efetivamente democrática.

Obviamente tais dificuldades não aconteceram sem propiciar em contrapartida muitas aprendizagens. Nas equipes apontam ter aprendido e crescido. Nas escolas-piloto estão acontecendo mudanças na postura de professores e na participação dos alunos, havendo perspectivas de ampliação da adesão aos projetos em 1991, por aquelas escolas que ainda não estão vinculadas.

O que foi exposto neste capítulo, solicita que em 1991, em relação à nova qualidade de ensino, os esforços sejam canalizados para a garantia de realização das seguintes ações:

a) Quanto à Reorientação Curricular:

a.1) acompanhar as unidades escolares que estão no projeto interdisciplinar e ampliar a proposta para mais 100 escolas da rede de ensino municipal;

a.2) consolidar os projetos pedagógicos nas atuais unidades escolares, ampliando a participação dos demais professores dessas unidades nos respectivos projetos;

a.3) estimular as unidades escolares que já desenvolvam projetos pedagógicos específicos e apoiar o desenvolvimento de novos projetos;

a.4) implantar e acompanhar projetos de reorientação do ensino noturno e estimular a elaboração de novas propostas;

a.5) acompanhar as unidades escolares que não estão desenvolvendo projetos, visando a superação das dificuldades;

a.6) da Educação Especial;

a.6.1) articular o trabalho das EMEDAs com o Plano de atendimento integrado às pessoas que necessitam de educação especial — 91/92";

a.6.2) estimular a discussão do currículo das EMEDAs através de encontros, cursos e debates;

a.6.3) aprofundar a discussão sobre educação especial nas comunidades escolares;

a.6.4) racionalizar o atendimento em nossas escolas, com apoio de especialistas, aos portadores de necessidades especiais;

a.6.5) firmar convênios com instituições que trabalham com Educação Especial, possibilitando intercâmbios com nossas escolas (Conselhos de Escola, alunos, professores, funcionários e pais);

a.7) nas EMEIs, PLANEDI e Classes Comunitárias;

a.7.1) explicitar as práticas pedagógicas atuais das EMEIs, Planedi e Classes Comunitárias, desvelando a(s) teoria(s) de seu fazer pedagógico e construindo coletivamente uma nova concepção de Educação Infantil;

a.7.2) instrumentar os professores de Educação Infantil, incentivando novas práticas pedagógicas;

a.7.3) acompanhar e oferecer subsídios técnico-metodológicos, assim como prover a infra-estrutura para as escolas que atuam com crianças em período integral;

a.8) socializar as experiências das escolas que desenvolvem projetos pedagógicos específicos e diferenciados;

b) Quanto à Formação Permanente:

b.1) manter e ampliar os grupos de formação permanente por segmentos, para:

- Diretores (EMEIs, EMPGs, EMEDAs)
- CPs (EMEIs, EMPGs, EMEDAs),
- Professores (Educação Infantil, 1ª séries e 2ª séries e Educação Especial);
- Encarregados de Sala de Leitura,
- Suplência I;

b.2) investir e ampliar outros grupos de formação pelas vias:

b.2.1) do trabalho com professores de 4ª e 5ª séries;

b.2.2) de curso de Habilitação ao Magistério para monitores de EDA;

b.2.3) da capacitação de pessoal técnico-administrativo e operacional;

b.2.4) da implantação de grupo de formação composto por pais e alunos da rede de ensino municipal;

b.2.5) criar e manter curso de formação para professores de 2ª série;

b.3) investir na manutenção e ampliação de cursos que serão oferecidos ao longo de 1991, procurando atender os diferentes interesses dos segmentos do quadro do magistério, quer seja na linha de formação permanente quer seja em outra linha, respeitando-se os princípios da política pedagógica da SME. Dentre os cursos que já estão programados para o ano constam os de:

- Português,
- Direitos Humanos,
- Desenho e artes plásticas, jogo simbólico e música;

b.4) investir no desenvolvimento e manutenção de Projetos Especiais, assumindo-os como uma modalidade de ação que contribui para a ampliação da for-

mação permanente dos educadores da rede. Os projetos especiais, que serão desenvolvidos em 1991, são os seguintes:

b.4.1) "Projeto não à Violência", que busca trabalhar na perspectiva de prevenção à questão da violência e depredação da Rede Municipal de Ensino;

b.4.2) Projeto Supletivo/Saúde, que visa proporcionar formação básica aos servidores da área da Saúde;

b.4.3) Orientação Sexual, professores discutem com os alunos questões da sexualidade;

b.4.4) "Direitos e Cidadania", promover junto à rede discussões e debates sobre questões correlatas aos direitos da mulher, da criança, do idoso, do negro etc.

c) Condições infra-estruturais necessárias para a operacionalização das ações acima descritas:

c.1) integrar as ações através:

c.1.1) do desenvolvimento de uma política de suprimentos articulada com as ações pedagógicas de modo a garantir, ao nível da unidade escolar, a avaliação sobre o uso dos materiais e equipamentos enviados;

c.1.2) da promoção de alterações estruturais necessárias para que a seção de compras permita desenvolver, a contento, a política de suprimento, com controle de qualidade e preço;

c.1.3) da constituição de um grupo de estudo para propor anteprojeto de lei necessário ao desenvolvimento pleno da proposta de construção de uma educação popular democrática;

c.1.4) da unificação do cronograma de reuniões de assessorias e de trabalho com o pessoal dos NAEs;

c.1.5) da elaboração, em conjunto com NAEs, da saída de seu pessoal para os encontros, de forma a haver mais tempo de trabalho junto a região;

c.1.6) elaboração, no início do ano, de um calendário de retirada do pessoal das escolas, assim como dos principais eventos sobre multimeios;

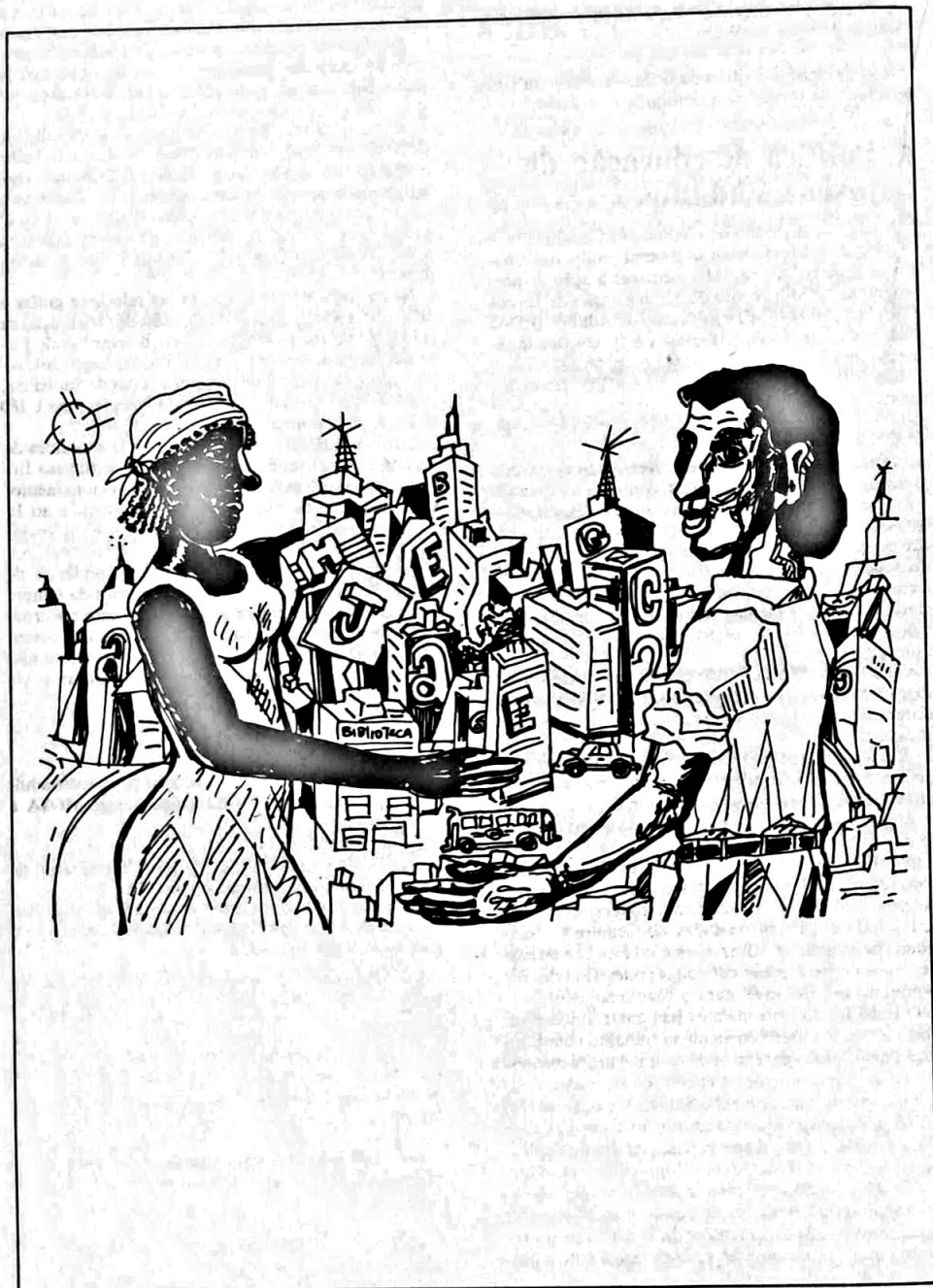
c.1.7) de um maior rigor na firmamento de convênios e um melhor acompanhamento dos já firmados e dos que virão a ser firmados;

c.1.8) da garantia às entidades conveniadas de um melhor atendimento em termos materiais e pedagógicos;

c.1.9) do planejamento das ações relativas ao Estatuto da Criança e ao anteprojeto da lei do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c.2) acompanhar e encontrar soluções para os problemas relativos à vida funcional dos servidores de SME;

c.3) alterar o vínculo empregatício dos professores comissionados e substitutos;



c.4) realizar concurso público para o ingresso de Professor Nível II;

c.5) alterar o vínculo empregatício dos professores comissionados e substitutos;

c.6) garantir a continuidade da assessoria da Universidade de forma mais constante e atuante.

4. Política de educação de jovens e adultos

A ampliação do direito à educação fundamental e de conquista da cidadania ao jovem e adulto trabalhador se concretizam na SME mediante a ação de dois programas: o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA/SP) e Educação de Adultos (EDA) através das classes de Suplência I e II, em funcionamento nas EMPGs e entidades conveniadas.

São 7.954 alunos de Suplência I em 325 classes em entidades conveniadas; 22.970 alunos em 832 classes em EMPGs; 28.251 de Suplência II em 814 classes em EMPGs.

A SME, unida a 62 entidades representantes de movimentos populares organizados, continua a expandir o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos — MOVA-SP. São 13.532 trabalhadores, distribuídos em 626 classes de alfabetização, adquirindo e construindo a sua cidadania e os conhecimentos indispensáveis à compreensão da realidade em que vivem. Numa iniciativa inédita, realizou-se em dezembro de 1990 o I Congresso de Alfabetizando, onde estes últimos tiveram a palavra.

O MOVA, pela ação continuada de seus assessores, logrou capacitar em 1990, cerca de 2.000 alfabetizadores e a demanda por alfabetização vem mostrando-se significativa.

As questões que se colocam atualmente dizem respeito à continuidade deste trabalho em termos de pós-alfabetização e sua integração regional.

Acreditamos ser necessário, para o acompanhamento aos trabalhos do MOVA, uma coordenação regional. Entendemos que a proposta não é a da institucionalização, porém, fomos e somos procurados pelos Núcleos para eventualmente fornecermos estrutura material. Em outras oportunidades, destacamos a necessidade de estudar-se, talvez, uma mudança nos termos do convênio para que as entidades pudessem adquirir o mínimo indispensável para o funcionamento.

O trabalho dos movimentos tem contribuições valiosas a dar, por exemplo ao nosso trabalho com Educação de Adultos, porém, este contato é incipiente restrito a algumas reuniões e encontros regionais.

No que concerne ao Ensino Supletivo e Regular Noturno, a SME, dando cumprimento ao disposto na Lei Orgânica Municipal, mantém ainda cursos de Suplência I e Suplência II nas Escolas Municipais como forma de atendimento ao jovem e ao adulto que não tiveram garantido o direito de acesso à escolarização. A manutenção do curso regular de 5ª à 8ª série no período noturno visa também garantir este direito a nos-

so alunos que diante da atual situação do país passam a fazer parte do mercado de trabalho durante o processo de escolarização. Para que modifiquemos a realidade do curso noturno, historicamente registrada nos índices de evasão e repetência, a SME está incentivando as escolas para que elaborem, junto com os pais e alunos projetos de trabalho para o Noturno que contarão com a assessoria dos NAEs e DOT.

A ampliação do direito à educação básica solicitou da SME, em 1990, o desenvolvimento de um trabalho conjunto com a Secretaria Municipal da Saúde, com a finalidade de criar e manter curso de Suplência para os servidores daquele órgão. Este trabalho envolveu 25 professores de nível II, os quais desenvolveram uma ação didático-pedagógica com 265 funcionários-alunos.

Nesta linha de atividade, faz-se relevante grafar a ação que a SME, através da Divisão de Orientação de Educação de Jovens e Adultos, vem desenvolvendo junto aos funcionários de 6 Administrações Regionais, colocando à disposição dos mesmos curso de Suplência, em 8 classes especiais, envolvendo 8 professores e 180 funcionários-alunos.

Em 1990, a SME manteve as classes já existentes de Suplência de 2º grau, conforme o compromisso firmado com os alunos das turmas em funcionamento. A competência do atendimento à pré-escola e ao 1º grau, em suas duas modalidades (regular e suplência) cabe aos municípios, por definição constitucional. Assim, a gradativa extinção dos cursos de Suplência de 2º grau ocorrerá em favor do atendimento da sempre crescente demanda do 1º grau, no período noturno.

A Política de Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida pela SME, exigirá de nossa parte, para o ano de 1991, um esforço coletivo para desencadear as seguintes ações:

a) Organizar e realizar Seminário para:

a.1) discutir a política de educação de jovens e adultos, e possíveis níveis de integração entre MOVA e EDA;

b) Desenvolver uma política de pós-alfabetização de jovens e adultos no âmbito do MOVA.

Condição de operacionalização das diretrizes e prioridades da SME

1. Democratização do planejamento

Em 1989, colocávamos que o planejamento teria como princípio básico a descentralização das atividades da SME.

"Considerando que a política da SME prevê que a escola seja um espaço de socialização do saber e de integração de práticas pedagógicas e culturais diferenciadas a serviço da comunidade, para que elas possam exercer este papel, será necessário que tenham uma visão mais abrangente da totalidade do sistema e uma percepção global de sua atuação.

Criar as condições básicas para que este princípio ocorra de forma coerente significa que a comunidade e as escolas tenham acesso às informações e análises sobre a totalidade do sistema, para que possam situar sua realidade e atuar sobre ela de forma mais eficaz.

Reunir estas informações e elaborar estas análises pressupõe uma condição técnica e sua estrutura operacional que as escolas não tiveram possibilidade de desenvolver. Por outro lado, existe uma estrutura que teria condições de proporcionar esta visão e que, por distorções em seu funcionamento, não cumpre esta função."

Para tentar eliminar estas distorções já em 1989, a SME procedeu a uma reforma preliminar, que possibilitasse descentralizar e coletivizar. A criação da CONAE apontava para a unificação dos níveis de decisão técnico e administrativo e a implementação dos colegiados a nível central, intermediário, regional e de escolas.

Além disso, estamos implantando uma sistemática de planejamento que auxilie a consecução das diretrizes de SME. Ela possibilita situar o particular no geral, e garante que as decisões tomadas no início do percurso sejam coerentes com a finalidade proposta. Possibilita também a participação de todos na definição e avaliação das metas e facilita a integração com as outras Secretarias.

Para tanto é necessário que o Plano da Escola seja tão abrangente que incorpore propostas e dificuldades vigentes para concretizar as diretrizes aqui grafadas.

Esses Planos, assim concebidos, possibilitarão aos NAEs e às outras instâncias da Administração, organizar sua ação, garantindo que a implementação das diretrizes da SME se dê de forma orgânica.

O planejamento das ações setoriais inicialmente discutidas no NRP perdeu a possibilidade de ganhar uma nova qualidade: não possibilitou a participação de um maior número de pessoas nas decisões e, portanto, não se tornou mais democrático. O incipiente trabalho intersecretarial foi substituído pelo PIEP, que não conseguiu ainda desenvolver um trabalho sistemático. Juntamos esforços em momentos pontuais, porém, acreditamos que o compromisso coletivo das Secretarias no encaminhamento das propostas de Governo não ocorreu de maneira satisfatória desde a extinção do NRP.

Em 1991, as nossas ações visando à democratização do planejamento deverão ser:

a) em níveis de governo:

a.1) articular as diretrizes governamentais com as diretrizes da SME;

a.2) implantar o sistema de administração e controle orçamentário da SME e integrá-lo ao da Administração;

a.3) articular a proposta de descentralização e participação popular da SME à proposta de governo;

b) em níveis setoriais e regionais:

b.1) promover fóruns e debates sobre as questões relativas à integração da SME e discussão de políticas setorializadas;

b.2) subsidiar e acompanhar os NAEs na implantação de suas unidades orçamentárias;

b.3) subsidiar os NAEs, na medida das solicitações na organização de seus planos setoriais anuais;

c) em níveis de Assessoria Técnica de Planejamento/CONAE/DOT/NAEs:

c.1) abrir novas frentes de atuação e encaminhá-las às unidades competentes à sua implementação e acompanhamento;

c.2) implementar o sistema de Acompanhamento e Controle físico das atividades da SME;

c.3) organizar a sala de situação e elaborar documentos que informam as escolas sobre o Plano Global de SME;

c.4) implementar a operacionalização das diretrizes da SME através das diferentes instâncias de decisão;

c.5) integrar os sistemas de Cadastro de Escolas, Gerenciamento do Quadro de Funcionários e Síntese de Alunos;

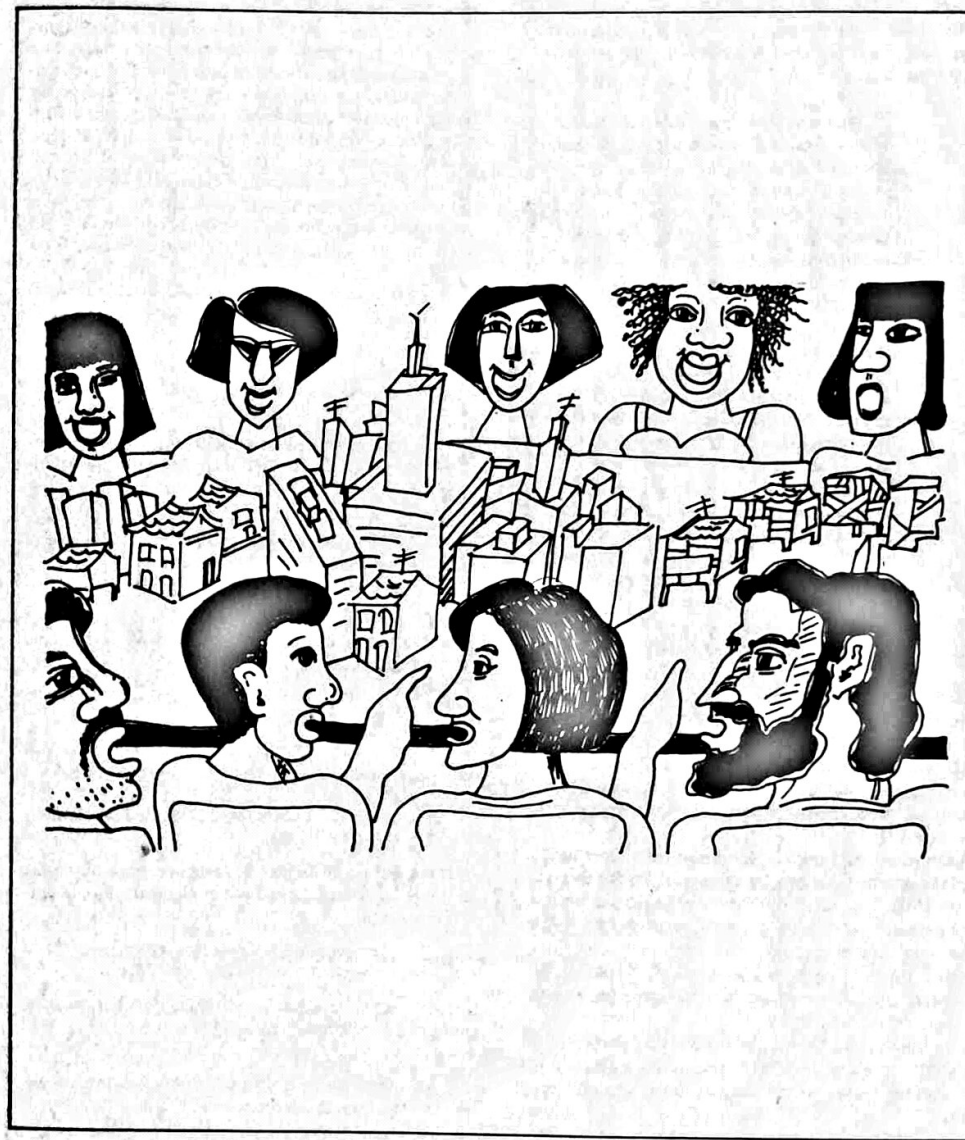
c.6) equipar com microcomputadores as dependências da SME;

c.7) alterar a topologia da rede da CONAE;

c.8) treinar pessoal em terminal;

d) em níveis das unidades escolares:

d.1) elaborar o plano escolar da unidade, com a participação dos educadores, pais e alunos, tendo em vista o reconhecimento da realidade na qual a escola está inserida e as diretrizes e prioridades político-pedagógicas da SME.



Plano Global da SME / 1991

PARTE I - Operacionalização das Prioridades

PRIORIDADES	OBJETIVOS	PROJETOS/MEAS	PROVIDÊNCIAS/FORMAS DE INTERVENÇÃO	PÚBLICO ALVO	ORGÃOS ENVOLVIDOS	CRONOGRAMA
	Fortalecer os Conselhos de Escola	1.1 REDEFINIÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES				
		1.1.1 Reformular o Regulamento Interno das Redes Municipais	Discussão com a Rede	Comunidade Escolar	ATP/CDME/DT/IN/ES/Escolas	1o Semestre
	Tornar efetiva a participação da comunidade nos Conselhos de Escola	1.1.2 Promover mais acompanhamento e assessoria nos processos de eleição e nos reuniões dos Conselhos de Escola	Calendário das Reuniões de C. Escola, período utilizado para as eleições	Comunidade Escolar	ATP/CDME/DT/IN/ES/Escolas	Ano Todo
	Fortalecer os Conselhos de Escola	1.1.3 Implementar os Colegiados de Representantes dos Conselhos de Escola com acompanhamento sistemático	Definir calendário de reuniões dos Representantes dos Conselhos de Escola com acompanhamento sistemático	Representantes dos Conselhos de Escola	ATP/CDME/DT/IN/ES/Conselhos de Escola	Ano Todo
	Comunicar entre os Conselhos de Escola, CDCEs e Colegiados	1.1.4 Estimular e apoiar o processo de implementação dos Grupos Estudantis das Escolas Municipais	Entrar em contato com UES e UES. Cronograma de reuniões com alunos	Alunos das EPs	ATP/CDME/DT/IN/ES/Escolas	Ano Todo
	Intermediar e Central	1.1.5 Participar do Plano Integrado de Educação Popular (PIEP) estimulando a participação popular na SNE	Contatar lideranças das regiões, entidades etc	População em geral	ATP/CDME/DT/IN/ES/Escolas/Movimento Organizados	Ano Todo
	Incentivar a articulação entre Conselhos de Escola, e as instâncias regionais, da Administração Municipal	1.2 IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA				
		1.2.1 Garantir a articulação dos diferentes fóruns da SNE para a discussão da Reforma Administrativa	Socializar as informações de forma assil	Todos os órgãos da SNE	Todos os órgãos da SNE	1o Semestre
		1.2.2 Constituir a estrutura da SNE com a proposta de descentralização da Administração Municipal	Quase fórum de discussão. Prever a descentralização do orçamento	Todos os órgãos da SNE	ATP/CDME/DT/IN/ES	1o Semestre

	Implementar os M&ES como unidades de apoio técnico-pedagógico nas escolas	1.2.3 Operacionalizar as funções e atribuições dos M&ES e definir o seu modelo de pessoal	Viabilizar a posse dos técnicos em contabilidade e tecnologia. Distinção de mais corpos para o aumento do modelo	M&ES	ATP/CDME	1o Semestre
		1.2.4 Implementar os M&ES como unidades administrativas em 1991	Organização dos técnicos. Descentralização dos procedimentos	M&ES	Assessoria Financeira, CDME, IN/ES	1o Bimestre
	Garantir a veiculação de informações entre os diferentes setores de SNE e entre a SNE e a comunidade	1.3 SOCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO				
		1.3.1 Divulgar amplamente nas escolas e para a população usuária dos serviços escolares o Plano Municipal de Educação, bem como informações completas sobre recursos próprios arrecadados e transferências de impostos recebidos	Divulgar e discutir o Plano Global de SNE e propostas feitas pelo PIEP	Comunidade Escolar	Todos os órgãos da SNE	1o Semestre
		1.3.2 Divulgar a política educacional envolvendo os M&ES em discussões com lideranças regionais e sindicais, dando mais condições aos M&ES para exercerem sua liderança política nas regiões	Divulgar e discutir o Plano Global de SNE e propostas feitas pelo PIEP	Comunidade Escolar	ATP/CDME/DT/IN/ES/Conselhos de Escola	Ano Todo
		1.3.3 Produzir publicações periódicas como revistas, boletim e jornal mural mensal para educadores e funcionários da Rede Municipal de Ensino, atualizar jornais e outros veículos elaborados nos M&ES e Escolas	Decisões a serem tomadas no Seminário de Comunicações			Ano Todo
		1.3.4 Incentivar as pesquisas realizadas pela Universidade sobre a Rede Municipal de Ensino e divulgar os resultados obtidos	Socializar as informações	Comunidade Escolar	DT/IN/ES/Escolas	Ano Todo
		1.4 IMPLEMENTAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS COLEGIADOS, INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE TODOS NA GESTÃO PÚBLICA				
		1.4.1 Articular os Colegiados Central, Intermediário e Regional	Socializar as informações, distribuindo as pautas com antecedência	Todos os órgãos da SNE e Comunidade Escolar	SNE-S/CDME/IN/ES/CDCEs	Ano Todo
		1.4.2 Implementar o Conselho Municipal de Educação através de processo democrático, com a participação dos Colegiados de gestão de Base	Discussão da proposta enviada a Câmara	População da Cidade	ATP/CDME/DT/IN/ES e Escolas	1o Semestre
		1.4.3 Criar fórum de debates sobre questões educacionais com organizações da sociedade civil	Organizar cronograma com as Entidades	Comunidade Escolar e Sociedade Civil	IN/ES/Escolas	Ano Todo
		1.5 INTERAÇÃO ENTRE SNE E LEGISLATIVO	Socializar as informações e criar responsáveis em cada M&E	Órgãos da SNE	SNE-S/IN/ES	Ano Todo

[illegible]

3. NOV A QUALIDADE DE EMISSÃO

CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO PÚBLICA POPULAR

		4.1.1 ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
		Desenvolver processo de alfabetização que possibilite aos educandos autonomia intelectual e leitura crítica da realidade	4.1.1 Ampliar o número de alfabetização de jovens e adultos	Recursos financeiros e articulação com equipamentos públicos
			4.1.2 Capacitar os monitores e supervisores dos núcleos de alfabetização	Recursos financeiros, recursos materiais e contratação de assessores
			4.1.3 Realizar o II Congresso de Alfabetizandos	O detalhamento dos projetos e providências serão encaminhados posteriormente, até o final de fevereiro, após as conclusões do Seminário de Política de Educação de Jovens e Adultos
4	P	Contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e educadores		
	D			
	E			
	D			
	U			
	C			
	A			
	C			
	I			
	O			
	N			
	A			
	L			
	D			
	E			
	J			
	V			
	O			
	V			
	E			
	M			
	S			
	E			
	A			
	D			
	U			
	U			
	L			
	T			
	O			
	D			
	S			

Plano Global da SME / 1991

PARTE II - Condições Operacionais para a Execução das Prioridades

ATIVIDADES-HEIO	OBJETIVOS	CONDIÇÕES OPERACIONAIS PARA A EXECUÇÃO DAS PRIORIDADES	PROVIDÊNCIAS/FORMAS DE INTERVENÇÃO	PÚBLICO ALVO
5. Democratização do Planejamento	Possibilitar que as escolas participem do processo de planejamento em conjunto com a Administração Central, refletindo sobre a prática, definindo objetivos e acompanhando sua implantação e os avanços.	5.1. Desenvolver um trabalho inter-secretarial integrado.	Descentralizar encaminhamento para os IMES	População em geral
	Integrar o planejamento da SME com o da Administração como um todo	5.2. Montagem de um sistema de acompanhamento e controle de metas de SME	Compatibilização dos dados com o setor de Informática	Órgãos da SME
	Definir condições para que o planejamento seja elaborado constantemente, confrontando-se os objetivos e metas com a prática	5.2.1 Elaborar documentos sobre Planejamento, Acompanhamento e Controle		
		5.2.2 Inquirir, para consulta, documentos sobre planejamento, elaborados por outras secretarias e órgãos governamentais		
		5.2.3 Participar da avaliação da implantação da política educacional da SME		
		5.2.4 Produzir documentos para divulgação externa, contendo relatórios do desenvolvimento da SME em relação às suas metas		
		5.3. Elaborar o Plano Trienal		
		5.4. Subsidiar os IMES e diferentes níveis da SME de dados estatísticos e informações técnicas e administrativas necessárias ao desenvolvimento de suas ações		IMES
		5.5 Caracterizar o perfil da rede através dos IMES	Divulgar os dados através dos boletins	População em geral
		5.6 Promover ações que viabilizem a participação dos CREDES na definição das diretrizes da SME e na realização do orçamento		CREDES
6. Racionalização dos Procedimentos Administrativos	Elaborar o orçamento levando em conta as prioridades e necessidades levantadas pelas escolas, envolvendo-as nas decisões de ordem orçamentária	6.1. Elaborar planilha de previsão de gastos para todos os setores da SME	Instrumentalizar os IMES para a leitura do perfil da rede	
		6.2. Elaborar um "manual do usuário" de orçamento e finanças	Organizar calendário de reunião articulada com o PDEP	IMES/IES
		6.3. Montar um sistema de acompanhamento e controle do orçamento e finanças		IMES/IES
		6.4. Alterar ou reinterpretar a legislação possibilitando aumento da autonomia orçamentária das escolas		IMES/IES
		6.5. Repassar recursos para as Administrações Regionais, transferindo a responsabilidade pela manutenção de prédios e equipamentos escolares	Divulgar o Manual para a implantação do Sistema	Comunidade Escolar
		6.6. Desburocratizar o uso das verbas de primeiro escalão	Articular grupo da SME com o grupo existente na SI	IES
		6.7. Agilizar os procedimentos licitatórios	Planejamento por parte dos IMES de sua capacidade de atendimento	IES
		6.8. Agilizar a possibilidade de repasses de recursos a órgãos que agilizem o sistema de contas	Alterar a Legislação Agilizar os procedimentos	

7. Manutenção e melhoria da infraestrutura no que se refere a: 7.1. Melhorar o funcionamento do setor de manutenção de SVE; 7.2. Reciclar o pessoal de apoio administrativo dos órgãos da SVE; 7.3. Oferecer apoio administrativo necessário ao funcionamento dos órgãos da SVE; 7.4. Implementar o GERENC; 7.5. Informar os NAEs.	Contratação de pessoal técnico para a aplicação do trabalho	Funcionários da SVE
7.6. Operar a manutenção do Centro de Informática; 7.7. Informar o controle do fluxo de documentos; 7.8. Implantar sistematica de pesquisa de mercado na Seção de Cooperas; 7.9. Estudar o estado de conservação dos equipamentos permanentes; 7.10. Operar e manter a frota; 7.11. Adquirir veículos; 7.12. Locar veículos; 7.13. Manter, conservar, adaptar e melhorar os próprios da SVE; 7.14. Locar livros; 7.15. Avaliar a distribuição da merenda; 7.16. Atuar o funcionamento da gráfica de SVE; 7.17. Acompanhar e avaliar a aquisição de equipamentos, materiais e livros didáticos e gêneros alimentícios destinados a merenda escolar.	Descentralização do processo de informação	Funcionários da SVE
	Recursos financeiros para a compra de material necessário	NAEs
	Organizar o Plano de Cooperas em conjunto com os NAEs	Rede Municipal de Ensino
	Caracterizar os fluxos e prazos para que os documentos cheguem com antecedência necessária para sua divulgação	

SME — Gabinete do Secretário
Telefone: 283-4177

ATP — Assessoria Técnica de Planejamento
Telefone: 251-0319

NPC — Núcleo de Planejamento Central
Telefone: 284-8222

*** CONAE — COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA**
Gabinete/Coordenador: Tel: 549-8104/549-2776

*** NAEs — NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA**

- NAE 1 — Vila Mariana — Tel: 549-2629/549-5609
NAE 2 — Santana — Tel: 267-6214/298-6644
NAE 3 — Freguesia do Ó — Tel: 266-5613
NAE 4 — Perus/Lapa/Butantã/Pirituba — Tel: 260-6029
NAE 5 — Campo Limpo — Tel: 511-6895
NAE 6 — Socorro/Santo Amaro — Tel: 522-2721
NAE 7 — Mooca/Penha — Tel: 217-7489/217-7959
NAE 8 — Vila Prudente — Tel: 918-4438
NAE 9 — Itaquera/São Mateus —
NAE 10 — São Miguel Paulista —

Fol
379.33(81.61)
S239c

F566

X São Paulo (cid) S.E.
Construindo a educação pública e popular.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

BIBLIOTECA